

***O Bernstein-Debatte* e a indefinição da ala “ortodoxa” da social-democracia alemã**

Joana El-Jaick Andrade¹

Resumo: No curso de sua formação e expansão o partido social-democrata alemão viu surgir em suas fileiras uma forte corrente política reformista que propunha a desvinculação entre a prática do partido e a teoria marxista. A recepção a estas idéias revisionistas, enunciadas com maior clareza por Eduard Bernstein no início do século XX, foi marcada por uma clara ambigüidade. Apesar de oficialmente rejeitadas nos textos e congressos da social-democracia alemã, a prática partidária adotada acabava por endossar uma postura política moderada e anti-revolucionária. Este artigo pretende apresentar alguns dos principais aspectos do *Bernstein-Debatte* a partir da análise da posição ocupada pelos dirigentes do partido na querela em exame e de sua repercussão para os rumos tomados pela social-democracia.

Palavras-chave: Social-democracia – Revisionismo – Marxismo.

Se desde o seu aparecimento o Partido Social Democrata Alemão manifestava uma forte tendência interna à fragmentação, ao longo da última década do século XIX inúmeros esforços foram realizados no sentido de alterar o programa político do partido e sua orientação para a ação prática. O revisionismo teórico surgiu, assim, de forma difusa na social-democracia, sendo antes um agregado de vozes dissonantes do que um movimento único e coerente.

Entre as diversas personalidades do partido que ganharam destaque na controvérsia podemos encontrar jornalistas, editores, parlamentares,

¹ Doutoranda em Sociologia pela FFLCH-USP. E-mail: joanandrade@uol.com.br

sindicalistas e secretários do SPD – como, por exemplo, Eduard David, Joseph Bloch, Adolph von Elm, Edmund Fischer, Paul Kampffmeyer, Paul Löbe, Heinrich Peus e Robert Schmid. Dedicados à tarefa de desatrelar a tática dos princípios aos quais estava ancorada, procuraram fornecer, cada um a seu modo, fundamentos teóricos para a revisão da interpretação oficial da obra de Marx e Engels, predominante no partido.

Ironicamente, foi na pessoa de um dos mais proeminentes líderes do partido e ex-colaborador de Engels que o revisionismo encontrou seu legítimo porta-voz. Eduard Bernstein ganhou notoriedade por conferir coesão e força ao grupo revisionista através da organização e síntese de suas principais teses. Embora não representasse a única referência entre seus adeptos, seu nome passou a ser concebido como sinônimo desta orientação, sendo ora aplaudido ora execrado entre os membros da tradição socialista.

Bernstein expôs abertamente sua intenção de contrapor-se à teoria de Marx em uma série de artigos publicados pela *Neue Zeit*, reunidos sob o nome “Problemas do Socialismo”. Com base em dados empíricos da Alemanha de sua época, pretendia colocar em xeque a teoria e a prática apregoadas pelo partido, repreendendo a social-democracia por adotar uma posição política calcada em uma fraseologia radical, inteiramente incompatível com a tática adotada. Assim, tivera início o debate revisionista no seio da social-democracia alemã, que ganhou contornos mais precisos durante o Congresso de Stuttgart, de 1898, ao qual Bernstein enviou uma mensagem apresentando suas teses principais.

A pedido de dirigentes como Karl Kautsky e Viktor Adler, Bernstein sintetizou sua teoria no livro “Os Pressupostos do Socialismo e as Tarefas da Social-democracia”. Considerado a obra basilar do revisionismo, o livro, publicado em 14 de março de 1899, foi objeto de inúmeras polêmicas, sendo debatido em diversos congressos e periódicos do partido. Seu objetivo primordial consistia na refutação da teoria do colapso, propagada, ainda que de modo paradoxal, pelos líderes da social-democracia alemã e firmada na parte teórica do Programa de Erfurt. Estes aliavam à prática imediatista de luta por reformas políticas e econômicas uma confiança inabalável na iminente derrocada final do capitalismo

resultante do agravamento das crises econômicas, conforme Marx e Engels haviam propugnado.

Bernstein, ao contrário, opunha-se frontalmente à idéia de que a sociedade burguesa estivesse à beira de um colapso. De acordo com sua perspectiva evolucionista, a economia capitalista teria desenvolvido inúmeros mecanismos de adaptação que a teriam tornado praticamente imune a crises econômicas gerais. Deste modo, todas as previsões marxianas relativas às conseqüências funestas da lei geral da acumulação capitalista – a concentração do capital, a queda tendencial da taxa de lucro, a expansão do exército industrial de reserva, o agravamento do pauperismo e a polarização das classes, isto é, os fatores que desvelariam o caráter contraditório da acumulação capitalista – estariam, para Bernstein, sob muitos aspectos, superadas.

Seu diagnóstico, no entanto, explora de modo ligeiro e superficial a nova faceta apresentada pelo capitalismo em sua fase expansionista. Limita-se a enunciar os efeitos produzidos pelas mudanças circunstanciais, que em sua análise ganham caráter definitivo e invariável. Nestes termos, o largo e contraditório processo histórico de expansão industrial atravessado pela Alemanha a partir de meados do século XIX assume, na otimista e problemática análise bernsteiniana, o caráter de processo civilizador, no qual a sociedade dirigir-se-ia progressiva e linearmente no sentido da maior estabilidade, organização e harmonia social. Deste modo, sua predição entrevê no âmbito da própria sociedade capitalista a passagem da anarquia da produção ao controle social a cargo do Estado, a suplantação da reificação das relações sociais e da alienação do trabalho pelo despertar moral de todas as classes sociais e a substituição da luta de classes pela cooperação geral.

Alguns meses após a publicação do livro, o Congresso de Hannover coordenou discussões acerca do tema nas quais foi questionada a pertinência das críticas à teoria marxista e suas implicações práticas. A despeito das inúmeras críticas advindas dos setores à esquerda do partido e da categórica rejeição de suas idéias, Bernstein não chegou a ser expulso do SPD. O autor, no entanto, não interpretara tal resultado como um sinal de derrota do grupo revisionista:

No ano passado o congresso do Partido Social-Democrata tomou lugar em Hannover. Delegados gastaram uma considerável quantidade de tempo na discussão do meu livro; almas passionais previram um veredicto aniquilador, e não faltaram discursos almejando tal resultado. Contudo, o bom senso e a experiência prática venceram o “espírito de igreja”, dando origem a uma resolução que meramente critica a forma de minhas idéias, enquanto faz importantes concessões ao conteúdo delas. Ela proclama a permissividade de coalizões eleitorais, reconhece a utilidade de cooperativas econômicas para o projeto emancipatório do proletariado, e abandona a idéia de que o corrente programa do partido pode vincular mais do que a declaração de princípios e as demandas fundamentais. (Bernstein 3, p. 42)

Bernstein, portanto, entrevia na postura do partido a vitória e realização concreta de suas idéias. Embora o SPD permanecesse atrelado a uma terminologia revolucionária, na prática estaria corroborando e fortalecendo a tática revisionista, voltada para a obtenção de resultados imediatos. Na realidade, Bernstein percebia o fato de que cada vez mais suas idéias tornavam-se a perspectiva comum dentro do partido (Bernstein 3, p. 46),² ainda que fossem oficialmente repudiadas. Ignaz Auer, socialista da Baviera, em carta a Bernstein de 8/9/1899, identificou igualmente tal tendência em curso no SPD, que enveredaria inelutavelmente em direção ao reformismo e à desvinculação entre sua teoria e prática:

Querido Ede, não se decide formalmente fazer o que você propõe, não se diz, mas se faz. Toda nossa atuação – inclusive em tempos da vergonhosa legislação anti-socialista – foi a atuação de um partido social-democrata reformista. Um partido que tem em conta as massas não pode ser outra coisa. (Auer *apud* Joll 7, p. 91)

² “From someone pronounced dead”, artigo publicado em 1905 pela *Sozialistische Monatshefte*.

Em carta a Bernstein, Georg von Vollmar solidarizara-se com ele e atentara para o paradoxo existente entre a teoria e a prática do SPD, ao declarar que “Desde Erfurt falo menos e atuo mais. E onde tenho que falar, penso mais o que no momento é tolerável ao partido. Só posso dizer que estou completamente satisfeito com o conseguido” (Vollmar *apud* Gustafsson 6, p. 14).³ Deste modo, a polêmica revisionista reuniu vários setores do partido que já aderiam e advogavam em prol de uma prática exclusivamente reformista em torno da defesa de Bernstein.

Assim como Vollmar, Viktor Adler defendeu a permanência de Bernstein no partido, manifestando seu apoio através de uma carta enviada a Bernstein em 17/3/1899, na qual reconheceu a existência de uma crescente corrente revisionista dentro do SPD:⁴ “Eu direi a você e a todos francamente: em minha opinião você não se colocou em nenhum lugar fora da social-democracia, não importa o quanto eu discorde de você em algumas coisas. Você representa, de modo brilhante, uma corrente dentro do partido” (Adler *apud* Gay 5, p. 181).

De fato, a adesão ao reformismo e a procrastinação do projeto revolucionário para um futuro ainda longínquo e indeterminado, no qual as condições objetivas estariam maduras o suficiente para conduzirem ao colapso da sociedade capitalista e ao nascimento da nova sociedade socialista, não são colocados em questão pelos líderes social-democratas senão a partir de 1905. Até então, a discussão acerca da tática e meta socialistas, que contrapôs revolucionários e reformistas, havia se desenvolvido apenas no plano teórico, não repercutindo diretamente na reorientação da prática do SPD. Com a primeira insurreição russa e as rebeliões populares eclodindo em vários pontos da Europa, a mobilização dos trabalhadores para o enfrentamento revolucionário entra na ordem do dia.

Apesar de os líderes do partido terem combatido com afinco as teses revisionistas nos congressos de Lübeck,⁵ em 1901, e Dresden, em 1903,

³ De 28/10/1899.

⁴ Bebel, igualmente percebe que “toda a questão seria de pouca relevância se houvesse apenas um Bernstein, mas nós temos um monte deles, e a maioria em posições importantes dentro do partido.” (Bebel a Adler, carta de 8/4/1899) (Gay 5, p. 81).

⁵ Discutiu-se no congresso o artigo de Bernstein “Como é possível um socialismo científico?”, escrito em 1901.

no tocante à utilização da greve de massas como instrumento político revolucionário, tanto revisionistas quanto “ortodoxos” assumiram o mesmo posicionamento contrário. A aproximação entre o centro e a direita social-democrata alterou o espectro partidário. Paulatinamente, o reformismo galgou maior espaço e influência dentro do Partido Social-Democrata, sendo fortalecido pelos membros dos Sindicatos Livres, da burocracia do partido e da fração parlamentar.

A ascensão dos grupos revisionistas dentro do SPD levou Bernstein a intensificar suas críticas ao marxismo e a assumir abertamente sua identificação com os reformadores liberais em seus artigos na revista *Sozialistische Monatshefte*, editada desde 1897 por Joseph Bloch. O prestígio de Bernstein entre os setores reformistas do partido garantiu sua eleição para o *Reichstag*, como representante de Breslau, nas eleições de março de 1902, sendo o início de uma longa carreira parlamentar que perpassou os períodos de 1902 a 1906, 1912 a 1918 e 1920 a 1928.

Como foi visto, a recepção às idéias de Bernstein entre os dirigentes do partido, no início do século XX, foi marcada por uma clara ambigüidade. Apesar de oficialmente rejeitadas nos textos e congressos da social-democracia alemã, a postura dos principais dirigentes era não apenas de cautela e hesitação como de franca capitulação diante das correntes reformistas. A seu ver, a manutenção da unidade do partido justificaria a adoção de uma postura menos enérgica do que a dispensada aos grupos de inclinação anarquista, que foram expulsos do partido em 1890.

Com a querela revisionista, a preocupação existente desde a fundação do SPD quanto à necessidade de se empreender esforços com vistas à conciliação de tendências divergentes dentro do partido, viu-se redobrada. Por conseguinte, a tática política de se evitar a desagregação a todo custo sobrepôs mais uma vez os interesses práticos imediatos visados pelos líderes do partido à salvaguarda dos princípios socialistas e do “objetivo final”.

Neste sentido, Karl Kautsky, considerado o principal porta-voz da “ortodoxia marxista”, estando encarregado do estabelecimento da linha teórica oficial do partido, enveredou cada vez mais para a ala direita da social-democracia, apregoando a utilização tática de um “radicalismo

passivo”. A conciliação entre a adoção de uma fraseologia revolucionária e de uma prática reformista, consubstanciada no apego ao método pacífico e à via institucional, levou à caracterização do SPD como um “partido revolucionário que não faz revoluções”.

Deste modo, “o kautskismo permitia conservar a ficção do caráter revolucionário da social-democracia” (Matthias *apud* Kautsky 11, p. 20), sendo que esta imagem – da qual a direção do partido se servira conscientemente – seria concebida como indispensável ao processo de integração interna e de cooptação das massas trabalhadoras. A unidade do partido, portanto, seria realizada às custas do sacrifício da práxis revolucionária e da crítica radical ao sistema.

Não obstante a adesão à “tática do desgaste” em detrimento da “tática do aniquilamento”, a crítica de Kautsky ao revisionismo lhe valeu o apoio de vários grupos de esquerda. O livro de Kautsky – *Bernstein und das sozialdemokratische Programm. Eine Antikritik*, escrito em 1899 – buscava, assim, angariar a simpatia e aprovação da maioria do partido ao apresentar uma série de refutações e objeções à teoria de Bernstein, sem, no entanto, sugerir a sua desqualificação apriorística. Devido à antiga amizade nutrida entre ambos, Kautsky manifestou evidente desconforto ao realizar o “difícil, desagradável e infrutífero” trabalho de crítica ao revisionismo (Kautsky 9, p. 17). Ao mesmo tempo em que saúda a discussão teórica levantada por contribuir para evitar que o partido se converta de uma “legião de lutadores” em “uma assembléia de retóricos”, Kautsky demonstra certa irritação com a “perda de tempo” e “desgaste de forças” em conflitos internos que poderiam levar à quebra da unidade, da coesão e da ação comum da social-democracia.

Segundo o autor, os membros da social-democracia deveriam fazer a distinção entre questões táticas e de propaganda. Enquanto a propaganda poderia variar, sendo ajustada às condições individuais e locais, fazendo-se uso dos recursos dos quais se dispõe, a tática, isto é, a ação política, deveria ser única. Deste modo, apesar de a unidade de ação não excluir as divergências de pensamento e as diferenças de pontos de vista teóricos, ela demandaria certo sacrifício da individualidade em nome da organização – sacrifício este ignorado por Bernstein.

A primeira e principal objeção feita pelo autor refere-se ao ataque bernsteiniano ao método marxista. Segundo Kautsky, Bernstein consideraria idênticos o mecanicismo e a hipótese de que o desenvolvimento das forças produtivas determina o desenvolvimento das condições sociais – algo que levaria a inúmeros enganos. De acordo com a argumentação de Kautsky, a formulação inicial da concepção marxista da história seria de fato economicista. Para Kautsky, portanto, “o grande mérito de Marx e Engels consiste em terem feito entrar, com mais êxito que seus antecessores, os fatos históricos no domínio dos fatos necessários, elevando assim a história à categoria de ciência” (Kautsky 9, p. 30). Conseqüentemente, Bernstein erraria ao concluir que a concepção materialista da história não seria em si determinista, uma vez que segundo esta perspectiva, o modo de produção determina “com a força de leis da natureza” os fenômenos sociais. No intuito de validar seu argumento, Kautsky faz uso de inúmeras metáforas tomadas das ciências naturais, embora sublinhe que nestas as relações são mais simples e evidentes do que nas ciências sociais.

Aderindo, portanto, a um determinismo econômico e a um naturalismo darwinista, Kautsky oferece sua própria interpretação da teoria de Marx. Cabe lembrar que sua defesa do determinismo histórico – atribuído a Marx e Engels – e a rejeição, inclusive, da diferenciação entre o conceito de “lei” e “tendência” tiveram grande repercussão na teoria e prática pregadas por Kautsky, contribuindo particularmente na justificação de seu “radicalismo passivo”. Sua concepção histórica fatalista e anti-dialética, portanto, serviria como base de seu posicionamento político, isto é, de sua apologia ao “expectativismo revolucionário”.

Como desdobramento de seu determinismo econômico, a “teoria do colapso” advogada por Kautsky, estaria em franca oposição à perspectiva bernsteiniana e à sua análise otimista do capitalismo. Para o autor, o juízo de Bernstein seria motivado por um curto período de prosperidade e alta econômica, carecendo de solidez histórica. Esta situação de momentânea estabilidade econômica e política o teria levado a deduzir precipitadamente uma lei histórica da sociedade moderna e a descartar o materialismo histórico. Neste sentido, Bernstein abriria mão de uma

visão mais ampla do processo histórico, resvalando em fórmulas idealistas prenunciadas pelos neokantianos.

Paralelamente, Kautsky realiza então uma crítica à concepção moral bernsteiniana, ao rejeitar a existência de uma moral independente acima das forças econômicas, capaz de “vencer as resistências, suavizar as oposições, substituir a luta pela evolução pacífica da reconciliação”. Cabe lembrar que Kautsky voltaria a concentrar esforços no intuito de desenvolver seus argumentos contra a corrente kantiana em inúmeras ocasiões. Sete anos após a publicação da *“Antikritik”*, o autor publicou uma obra completa, intitulada “Ética e concepção materialista da história”, destinada a rebater aos adeptos do movimento de “retorno a Kant”, na qual ressaltaria as diferenças entre a ética clássica e cristã, a ética iluminista, a ética kantiana, a ética darwinista e a ética marxista. Esta última possuiria um caráter histórico e materialista, baseada em um “instinto social”.

Kautsky não somente partira em defesa do materialismo e do determinismo – que vislumbra na obra de Marx – mas também reprovara o descarte da dialética realizado pelo revisionismo. Sob este prisma, o autor levantaria o seguinte questionamento: “O que resta da doutrina marxista quando se retira a dialética, que era “sua melhor ferramenta” e “sua arma mais potente”? “Não eram Marx e Engels dialéticos com toda a força da palavra”? Todavia, em sua resposta, Kautsky mostrara-se titubeante em seu resgate da dialética, encarando-a como mero método de investigação histórica.

Nestes termos, Kautsky aliara à sua concepção fatalista e determinista do desenvolvimento histórico, uma interpretação particular da dialética hegeliana baseada no *“Anti-Dühring”* que permite sua conciliação com uma idéia de evolução social e econômica cujos desdobramentos possuem a força de leis naturais. Entretanto, a seu ver, a “teoria do colapso” – expressão esta cunhada pelo próprio Bernstein –, refletiria de forma incorreta o sentido da evolução histórica vislumbrado pelas teses de Marx e Engels. Estas partiriam da premissa que o desenvolvimento avançado do capitalismo geraria crises periódicas que se repetiriam em um tempo relativamente curto, tendo como resultado o agravamento das condições sociais e o acirramento das lutas de classes. Para Kautsky,

no entanto, isto não significaria concluir que a revolução social seria precedida inevitavelmente de uma crise industrial ou que o proletariado não poderia conquistar o poder político sem o advento da crise industrial.

De acordo com o autor, Bernstein conferiria à teoria das crises um alcance muito maior daquele originalmente reconhecido, promovendo a confusão entre a idéia de necessidade histórica e de fatalismo, isto é, uma “obrigatoriedade irresistível”. Desta forma, Bernstein acabaria “por criar uma situação em que os homens não terão mais remédio que introduzir o socialismo” (Kautsky 9, p. 68), culminando na afirmação de que Marx e Engels teriam fundado a necessidade do socialismo sobre aspectos exclusivamente econômicos, e não na “maturidade e poder crescentes do proletariado”. Partindo deste ponto de vista, Bernstein acabaria por concluir que o marxismo levaria à concepção fatalista de que o capitalismo se destruiria por si mesmo.

Kautsky não reconhecia, no entanto, que sua própria interpretação da teoria marxista dava margem à imputação de tais rótulos ao marxismo, por conceber a vitória do proletariado como o resultado necessário de uma lei fatal. Por conseguinte, vê no modo de produção capitalista “o fator que impulsiona o proletariado à luta de classes contra os capitalistas, que aumenta suas forças numéricas, sua coesão, sua inteligência, o sentimento que tem de sua força, sua maturidade política, que acresce cada vez mais sua importância econômica, que faz inevitável sua organização em partido político e a vitória deste partido, e não menos inevitável também o modo de produção socialista, como consequência desta vitória” (Kautsky 9, p. 70).

A exatidão da teoria de Marx, para Kautsky, não seria comprovada pela maior ou menor incidência de crises econômicas, nem pela rapidez da evolução, mas unicamente pelo sentido e direção tomados pela evolução histórica. Nestes termos, as objeções de Bernstein ao marxismo não se mostrariam relevantes, uma vez que os dados por ele coligidos quanto à sobrevivência das grandes e pequenas explorações capitalistas, ao aumento do número de possuidores e à expansão das classes médias, não seriam suficientes para negar esta evolução.

No tocante à tática política defendida por Bernstein, Kautsky rejeitou sua tentativa de transformar o SPD em um “partido do povo”. Embora o proletariado pudesse aliar-se, momentaneamente, às frações de classes pequeno-burguesas e camponesas para obter certos objetivos políticos e reformas administrativas, não deveria, contudo, cooperar com eles em uma organização duradoura. A preservação do caráter de classe, portanto, possibilitaria a organização do proletariado em um partido político autônomo, consciente da luta de classes que deve travar e de seus objetivos: supressão da propriedade individual dos meios de produção capitalista. Ao contrário, a fusão do proletariado em um partido único com todas as classes populares implicaria na renúncia à revolução e na obrigação de se contentar com algumas reformas sociais.

Deste modo, segundo o autor, “não se deve considerar que o socialismo aperfeiçoará, mas sim vencerá o liberalismo; não se pode contentar em ser um partido que se limite às reformas democrático-socialistas; deve-se ser o partido da revolução social”, pois “a revolução social (...) é o objeto fatal ao qual tende toda organização política autônoma do proletariado” (Kautsky 9, p. 226-228). Para tanto, Kautsky argumentara que todo partido deveria se dispor à conquista do poder político para “moldar o Estado” e fazer com que as suas forças atuem sobre as formas sociais em adequação às metas partidárias.

Durante a primeira década do século XX, Kautsky manteve praticamente inalterado seu posicionamento teórico radical-revolucionário, embora no tocante à prática do partido defendesse soluções moderadas – o que pode ser constatado em sua postura com relação às greves gerais e aos sindicatos. Em artigo publicado na *Neue Zeit* em 24 de novembro de 1900, intitulado “Luta de classes e ética”, o autor voltou a ressaltar a missão histórica do proletariado e seu objetivo final, ao proclamar que o proletariado “é a única classe revolucionária, isto é, a única que não se limita a trabalhos menores por vantagens momentâneas, mas luta por um objetivo social, neste sentido é a única classe em que será encontrado idealismo” (Kautsky 15).

Para Kautsky, através da teoria socialista, a atividade política do proletariado é elevada a um patamar ético mais alto. Nestes termos, “aonde este método de pensar falha, o proletariado pensa da maneira das

classes médias”, isto é, praticamente. Ao revés, aonde o proletariado pensa como um socialista revolucionário, a luta política é uma luta por princípios: “sua luta diz respeito a toda a vida social (...) não apenas a obtenção de vantagens individuais”. Não obstante, a luta por estas vantagens imediatas seria considerada apenas meios para um fim, promovendo “a regeneração do proletariado para fazê-lo merecedor de sua grande missão histórica” (Kautsky 15).

O autor, portanto, colocou em xeque a concepção ética bernsteini-ana, contrastando-a com o que considera a autêntica “ética socialista”. Ao mesmo tempo, diferenciava a ciência burguesa, conservadora, e a ciência proletária, revolucionária, que consistiria no ponto de vista do proletariado. Desta forma, ressaltava que a ciência burguesa veria a catástrofe como perturbação e cessação do processo de evolução, e, assim, recuaria “instintivamente diante de qualquer progresso no terreno político, social e até mesmo científico, porque sente que qualquer progresso, em vez de servi-la, lhe será infinitamente prejudicial” (Kautsky 13, p. 26-27).⁶ Ao contrário, Kautsky advogava que a luta de classes seria uma forma particular de manifestação da lei geral da evolução, que nada teria de pacífica:

a evolução é dialética, isto é, é o produto de uma luta entre antinomias que se manifestam necessariamente. Mas toda luta entre elementos irreconciliáveis não pode deixar de terminar pela derrota de um dos antagonistas, isto é, por uma catástrofe. É possível que essa catástrofe se prepare lentamente, que a força de um dos combatentes aumente de modo insensível, ao passo que a do outro diminua de maneira absoluta ou relativa; pouco importa, pois o aniquilamento de uma das partes se torna, por fim, inevitável, não como um fato natural, mas porque há uma luta e porque a força de um acaba por vencer a do outro. (Kautsky 13, p. 26)

⁶ Discurso pronunciado em 1908, por ocasião do 25º aniversário de morte de Marx e publicado em brochura, sob o título “*Die historische Leistung von Karl Marx*”.

O contundente rechaço de Kautsky ao revisionismo e sua defesa de uma evolução histórica originada de uma sucessão de catástrofes levou a que os dirigentes da social-democracia vetassem a reimpressão de seu livro “O caminho do poder”, escrito em 1909. Tais dirigentes apresentaram como justificativa a necessidade de se evitar um processo contra o partido e o fechamento dos jornais.

Se nesta época, Kautsky revelara-se um crítico da ala moderada, sua concepção teórica e prática sofreu uma considerável transformação. Após haver aderido à ala direitista, votado os créditos de guerra em agosto de 1914 e posicionado-se contra os apelos dos revolucionários pela convocação de uma greve geral contra a guerra, sua postura tornou-se cada vez mais conservadora. Tal mudança fez-se evidente a partir da deflagração do processo revolucionário na Rússia em 1917. Em sua obra “A ditadura do proletariado”, escrita em 1918, Kautsky realizara um severo ataque ao partido bolchevique, anunciando que

Em verdade não é o socialismo nosso objetivo final, mas a abolição de “toda espécie de exploração e de opressão, quer seja dirigida contra uma classe, um partido, um sexo ou uma raça”. Por essa luta [de classes], nós nos propomos a estabelecer um modo de produção socialista, dado que parece ser, hoje, o único meio que corresponde às condições técnicas e econômicas dadas para conseguir nosso fim. Se se chegasse a demonstrar que estamos errados em não acreditar que a liberdade do proletariado e da humanidade em geral possa realizar-se, unicamente, ou mais comodamente, na base da propriedade privada dos meios de produção – como Proudhon continuou a crer – então deveríamos rejeitar o socialismo, sem renunciar, entretanto, a nosso fim, e deveríamos fazê-lo, precisamente, no interesse de nosso objetivo final. (Kautsky 12, p. 5-6)

O autor passara então a realizar a defesa dos meios pacíficos e a rejeitar uma idéia de “ditadura do proletariado” que não incluísse a forma democrática-parlamentar de governo. Deste modo, em sua concepção

“não se poderia opor democracia e socialismo e dizer que um é o meio e o outro é o fim”, uma vez que “todos os dois são meios para um mesmo fim” (Kautsky 12). A seu ver, o socialismo como meio de emancipação do proletariado seria impensável sem democracia, contudo “uma democracia pura” seria possível sem o socialismo.

A visão da democracia parlamentar como único instrumento para se chegar ao socialismo e propiciar o processo de amadurecimento do proletariado, o que havia sido defendido anos antes por Bernstein, passara então a ser incorporado aos discursos de Kautsky. Com efeito, sustentara que para que o socialismo pudesse se desenvolver seria preciso que “a maturidade do proletariado se acrescente à maturidade das condições e ao nível necessário de desenvolvimento industrial”. Para tanto a democracia seria indispensável, posto que não somente permitiria, mais do que qualquer outro meio, acelerar o processo de amadurecimento do proletariado, como ainda ajudaria a reconhecer o momento em que essa maturidade seria alcançada. Assim, se o proletariado fosse “bastante forte e inteligente para tomar em mãos a organização social”, ele poderia então transferir a democracia do plano político para o econômico (Kautsky 12, p. 16). Deste modo, Kautsky adere ao reformismo que anteriormente havia criticado, contrapondo o “método pacífico” – “a tática menos dramática”, “teatral” e que “exige menos sacrifícios” – a “métodos revolucionários”, agora vistos como demasiadamente “violentos” (Kautsky 12, p. 26).

Em resposta ao livro de Kautsky, Trotsky endereçou-lhe inúmeras críticas, reunidas em um artigo intitulado “Terrorismo e comunismo” (1919). Nesta obra, Trotsky denunciara o caráter conservador da social-democracia alemã, que sob o pretexto de salvaguardar a “democracia”, acomodava-se à ordem burguesa e legitimava e prolongava a opressão da classe trabalhadora. De acordo com Trotsky, as formas democráticas, caracterizadas pela sujeição da política aos meandros burocráticos e malabarismos parlamentares, tão arduamente defendidas pela ideologia tradicional dos partidos da Segunda Internacional, teriam perdido todo o significado, conduzindo à inércia conservadora. O kautskismo – medroso, equívoco e hipócrita – só levaria, então, ao ceticismo pequeno-burguês, à apatia e ao medo. Por conseguinte, os dirigentes

dos partidos social-democratas não ousando, não sabendo ou não querendo tomar o poder no momento mais crítico da história da humanidade, teriam conduzido o proletariado ao extermínio mútuo, transformando-se na força decisiva da contra-revolução (Trotsky 29, p. 25-26).

O “conservadorismo repulsivo” e a “inépcia vil” dos líderes da social-democracia teriam, portanto, como conseqüência a própria adesão à política imperialista e a defesa da ordem burguesa. Embora a rotina e inércia do “rame-rame quotidiano” e a “hipnose da legalidade” não tivessem dominado por completo o proletariado, elas constituiriam um obstáculo para que ele enveredasse conscientemente e sem reservas pelo caminho das lutas revolucionárias abertas, levando-o a hesitar nos seus últimos momentos de equilíbrio instável. Com efeito, o próprio partido passaria a criar empecilhos à emancipação proletária:

Um partido socialista que se beneficie de uma influência tradicional, mas que não se aperceba do que se passa à sua volta, que, por não compreender a situação revolucionária, não pode achar solução para ela, que não tem fé em si nem no proletariado, um partido desta natureza, na nossa época, constitui o mais deplorável obstáculo histórico, uma causa de perturbação e de um caos destruidor. É esse o papel de Kautsky e dos seus discípulos, hoje. Ensinam o proletariado a não ter confiança em si próprio mas a considerarem verdadeira a imagem que lhes restitui o imperfeito espelho da democracia, reduzido hoje a estilhaços pela bota do imperialismo. (Trotsky 29, p. 28-29)

Assim como Trotsky, Lênin assumiu igualmente a tarefa de rebater ferozmente às críticas de Kautsky. Desde 1902 Lênin havia se posicionado no debate contra o revisionismo, que a seu ver seria resultado de uma “tendência transplantada diretamente da literatura burguesa para a literatura socialista” (Lênin 22, p. 84). Sendo assim, para Lênin o “social-reformismo burguês” nada mais seria do que uma crítica burguesa das idéias fundamentais do marxismo, cuja demonstração prática

seria o “bersteinianismo prático” de Millerand e a conversão do partido em um partido de reformas, que pregue a colaboração democrática das classes, a democracia como supressão da dominação das classes, a não-oposição entre liberalismo e socialismo e a negação da luta de classes, do objetivo final, da pauperização e da proletarização.

Já em “Um passo em frente, dois passos atrás” (1904), Lênin apontava sua divergência em relação à posição sustentada por Plekhánov em artigo de novembro de 1903, intitulado “O que não se deve fazer”, que advogara pela necessidade de se fazer o máximo de concessões pessoais a fim de “evitar o mal maior”: a cisão do partido. Plekhánov argumentara, então, que, em termos práticos, não se deveria ser “inoportunamente áspero” e intransigente com os revisionistas (Lênin 23, p. 336).

Em sua discussão com Kautsky, consubstanciada no artigo “O Estado e a Revolução” (1917), Lênin contrapôs-se à postulação kautskiana segundo a qual a ditadura do proletariado contrariaria a democracia. Consoante o autor, Kautsky ter-se-ia desviado para o lado dos democratas pequeno-burgueses, recaindo no oportunismo. Sua nova postura anti-revolucionária o levava ao extremo de ora esquecer, ora deturpar a experiência da Comuna de Paris, vista por Lênin como um modelo de reorganização socialista da sociedade a um só tempo socialista e democrática. Com efeito, repetindo Pannekoek, Lênin atribuíra a Kautsky a propugnação de um “radicalismo passivo” através da difusão de uma “teoria da espera inativa” que abandonaria inteiramente o marxismo e passaria ao oportunismo (Lênin 24, p. 298).

Deste modo, tal como Trotsky, Lênin acusara Kautsky de haver “deturpado e vulgarizado” a teoria marxista, fazendo desaparecer a necessidade de destruição da máquina do Estado (incluindo o exército permanente, a polícia e a burocracia) e, assim, transformado a “conquista” do poder político na “simples obtenção da maioria”. Ao invés da conquista do poder do Estado pregar-se-ia a modificação da correlação de forças nos quadros da república parlamentar burguesa, o que na realidade significaria uma concessão aos oportunistas. A perspectiva leninista, desta forma, considerava que nos interstícios do sistema capitalista o democratismo estaria limitado, comprimido, truncado e mutilado por

todo o ambiente de escravidão assalariada, de necessidade e miséria das massas. A opressão do proletariado sob a dominação burguesa, portanto, colocaria por terra a veneração supersticiosa do Estado.

É relevante destacar igualmente a controvérsia emergida entre Lênin e Kautsky no tocante à interpretação do imperialismo enquanto fenômeno histórico. Para Kautsky o imperialismo não seria a nova fase do capitalismo, mas apenas uma de suas possíveis formas políticas. Todavia, acreditava que a disputa e os conflitos entre nações tenderiam a desaparecer em função da adoção de uma política de conciliação que deixaria intactas as bases da economia capitalista. O “ultra-imperialismo”, vislumbrado por Kautsky, representaria a união dos imperialismos de todo o mundo – em lugar da luta entre eles – e a cessação das guerras sob o capitalismo. Assim, a exploração geral do mundo pelo capital financeiro, unido internacionalmente, atenuaria (ao invés de acentuar) as contradições da economia mundial (Lênin 21, p. 646).

Partindo de uma interpretação diametralmente oposta, o pensamento leninista apregoava que o imperialismo seria uma fase superior do capitalismo, isto é, “a véspera da revolução social do proletariado”. Na medida em que promoveria a concorrência de vários países em escala internacional e o predomínio do capital financeiro sobre o comercial, o imperialismo prenunciaria uma época de intenso conflito em que as alianças interimperialistas só poderiam ser concebidas como “tréguas entre guerras” (Lênin 21, p. 664).

A principal e mais conhecida investida de Lênin contra Kautsky foi expressa em seu texto “A revolução proletária e o renegado Kautsky”, de 1918. Neste texto, Lênin responsabiliza a ruptura dos partidos social-democratas em relação ao marxismo pela bancarrota da Segunda Internacional. Embora aqueles conferissem um “reconhecimento verbal” ao marxismo, esvaziavam-no de sua alma revolucionária, descartando os meios revolucionários de luta. Tal crítica ao chamado “marxismo ortodoxo” foi aprofundada no início da década de 1920 pelo teórico e jurista Karl Korsch. Este atentou para o fato de que a rejeição ou desconsideração do pensamento dialético entre os membros da Segunda Internacional culminara na descaracterização da concepção marxista, produzindo desvios na doutrina. Neste sentido, a concepção

de Kautsky representaria o despojamento do caráter essencialmente revolucionário do marxismo e da equívoca suplantação da teoria da luta de classes. Neste sentido, o marxismo ortodoxo de Kautsky seria “a outra face, o reflexo teórico e o complemento simétrico do revisionismo de Bernstein” (Korsch 17, p. 33).

A seu ver, a postura assumida pela ortodoxia dera início a uma crise dentro do marxismo, suscitando o declínio de sua posição hegemônica no âmbito do movimento operário. Segundo Korsch, seria imperativo um esforço de reforma da teoria e prática marxistas e a modificação de sua posição quanto ao Estado burguês, de modo a privilegiar a ação subjetiva da classe trabalhadora e recuperar o elemento crítico, pragmático e ativo da teoria social de Marx contra a teoria científico-positivista da Segunda Internacional. Seria igualmente indispensável, para o avanço do movimento, a reunificação entre a teoria e a prática – cuja separação existiria desde o princípio do movimento.

Assim, de todas as formas assumidas pelo marxismo, o marxismo ortodoxo apareceria como a mais nociva para o movimento progressista da classe proletária, pois além de o haver petrificado como uma mera ideologia, também o teria transformado em uma amarra para o ulterior desenvolvimento da teoria e da prática da luta da classe proletária. Com efeito, Korsch, assim como Lukács, entreviu a necessidade do resgate da filosofia como arma de combate no campo ideológico, no intuito de forjar uma teoria mais adequada à ação revolucionária, traduzindo uma posição política revolucionária para o terreno da luta ideológica.

Como observou Matthias, a doutrina de Kautsky, cuja “íntima essência revisionista correspondia ao reformismo mascarado da prática do partido, com sua fraseologia revolucionária, mas não comprometida”, não estava certamente em condições de satisfazer a pretensão oficial de ser uma teoria da política social-democrata (Matthias *apud* Kautsky 11, p. 30). Frente às vacilações e hesitações esboçadas pela direção do Partido Social-Democrata Alemão na querela revisionista, uma corrente mais radical começou a se organizar dentro do partido, a fim de defender os princípios revolucionários, alvo dos ataques de Bernstein.

Enquanto os “ortodoxos” concentravam seus esforços na unificação do movimento com vista à salvaguarda da tática eleitoral, as alas à

esquerda passaram a lhes direcionar severas críticas, repreendendo os dirigentes da “ortodoxia” por não terem esboçado uma reação suficientemente dura no Congresso de Paris no ano de 1900, quando estes se recusaram a expulsar os militantes revisionistas do seio do Partido. Tal fato principiara o gradual afastamento das duas correntes, culminando no seu definitivo rompimento em 1914, em razão da capitulação das social-democracias européias à política de guerra de seus países.

Como explicitara Rosa Luxemburg, as contradições existentes no marxismo “ortodoxo” terminavam por elevar ao primeiro plano as tarefas mínimas urgentes e reduzir o socialismo a “uma estrela brilhando ao longe”.⁷ Sendo assim, a estrutura parlamentar e sindical passou a ser aceita como o horizonte limitador de toda ação proletária. A adesão incondicional à tática legalista culminou na apriorística e categórica rejeição da possibilidade objetiva de mudança social mediante a ação revolucionária dos sujeitos históricos. Na medida em que a revolução passara a ser concebida como um produto necessário do desenvolvimento econômico capitalista, restava ao proletariado a espera resignada e paciente pela maturação das condições históricas objetivas.

Se a rejeição da dialética marxista efetuada por Bernstein aproximaram-no do idealismo kantiano e da ciência positivista, o determinismo mecanicista e dogmático adotado pelo marxismo ortodoxo representou, como foi demonstrado, a ocultação do potencial transformador e revolucionário dos sujeitos históricos. Ainda que partindo de diferentes pressuposições, ambos excluíram de seu sistema teórico todas as patentes contradições do modo de produção capitalista, ocultando-lhe os antagonismos sociais e saindo em defesa de um reformismo não atrelado ao compromisso revolucionário. Como consequência, esvaziaram a teoria marxista de todo conteúdo crítico e transformador, levando a social-democracia a endossar as teses liberais e a legitimar o sistema capitalista. Por conseguinte, conforme previra Rosa Luxemburg, tanto o reformismo bernsteiniano quanto o “expectativismo” kautskiano levaram à descaracterização da social-democracia e à sua identificação com um democratismo liberal apático e comodista que, em última instância

7 Cf. LUXEMBURG, Rosa. “O nosso programa e a situação política”. In: *Reforma social ou Revolução? E outros textos*. Lisboa: Escorpão, [197-], p. 108.

conduziram à fragmentação do partido, à debilitação do movimento operário e à ascensão de grupos ultradireitistas na Alemanha.

The Bernstein-Debate and the reluctance of the German social democracy's orthodoxy

Abstract: In the course of its formation and expansion the German social-democratic party witnessed the growth of a strong reformist fraction among their rows which proposed the rupture between the party's practice and the Marxist theory. The reception of these revisionist ideas, enunciated by Eduard Bernstein in the beginning of the twentieth century, was marked by a clear ambiguity. In spite of officially rejected in the texts and Congress of the German social-democracy, the practice adopted endorsed a moderate and antirevolutionary political posture. This article intends to present some of the main aspects of the *Bernstein-Debate*, analyzing the position supported by the party's leadership in the dispute and its repercussion for the directions taken by the social-democracy.

Key-words: Social democracy – Revisionism – Marxism.

Bibliografia

1. BERNSTEIN, Eduard. El mensaje de Bernstein al Congreso de Stuttgart. In: *Socialismo teórico y socialismo práctico*. Buenos Aires: Editorial Claridad, 1966.
2. _____. *Las Premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia. Problemas del socialismo. El revisionismo en la socialdemocracia*. México: Siglo Veintiuno, 1982.
3. _____. *Selected writings of Eduard Bernstein: 1900-1921*. New Jersey: Humanities Press, 1996.
4. BERTELLI, Antonio Roberto. *Revisionismo e ortodoxia no marxismo*. São Paulo: IPSO; IAP, 2003.

5. GAY, Peter. *The dilemma of democratic socialism*. New York: Columbia University Press, 1970.
6. GUSTAFSSON, Bo. *Marxismo y revisionismo: La critica bernsteiniana del marxismo y sus premisas histórico-ideológicas*. México: Grijaldo, 1975.
7. JOLL, James. *La Segunda Internacional. Movimiento obrero (1889-1914)*. Barcelona: Icaria, 1976.
8. KAUTSKY, Karl. *Le programme socialiste*. Paris: Librairie des Sciences Politiques et Sociales Marcel Rivière, 1927.
9. _____. *La doctrina socialista*. Buenos Aires: Claridad, 1966.
10. _____. *Ética y concepción materialista de la historia*. Córdoba: Pasado y Presente, 1975.
11. _____. La revolución social. El camino del poder. In: *Cuadernos de pasado y presente*, n. 68. México/DF: PYP, 1978.
12. _____. *A ditadura do proletariado*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.
13. _____. *As três fontes do marxismo*. São Paulo: Global, 1982.
14. _____. Dois artigos para uma revisão. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). *Utópicos, heréticos e malditos*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
15. _____. Class War and Ethics. <[http:// www.marxists.org](http://www.marxists.org)>. Acesso em jun. 2005.
16. _____. Socialism and colonial policy. <<http://www.marxists.com>>. Acesso em 20 fev. 2006.
17. KORSCH, Karl. *Marxisme et philosophie*. Paris: Les Editions de Minuit, 1964.
18. _____. *Teoría marxista y acción política*. México: Pasado y Presente, 1979.
19. LENINE, V. I. Duas táticas da social-democracia na Revolução Democrática. In: *Obras escolhidas*, v. 1. 3 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.
20. _____. Marxismo e revisionismo. In: *Obras escolhidas*, v. 1. 3 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.
21. _____. O imperialismo, fase superior do capitalismo. *Obras escolhidas*, v. 1. 3 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.
22. _____. Que fazer?. In: *Obras escolhidas*, v. 1. 3 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

23. _____. Um passo em frente, dois passos atrás. In: *Obras escolhidas*, v. 1. 3 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.
24. _____. O Estado e a revolução. In: *Obras escolhidas*, v. 2. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1988.
25. _____. A revolução proletária e o renegado Kautsky. In: *Obras escolhidas*, v. 3. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1988.
26. _____. Teses sobre a Assembléia Constituinte: um novo livro de Vandervelde sobre o Estado. In: *Obras escolhidas*, v. 3. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1988.
27. MUSSE, Ricardo. *Do socialismo científico à teoria crítica: modificações na autocompreensão do marxismo entre 1878 e 1937*. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 1998.
28. STEGER, Manfred B. *The quest for evolutionary socialism*. New York: Cambridge Press, 1997.
29. TROTSKI, Leon. *O Anti-Kautsky*. Coimbra: Nosso Tempo, 1972.